



Editorial

A socióloga e pesquisadora Marta Gil alerta que a “invisibilidade” é recorrente em nossa sociedade em relação a pessoa com deficiência. E a pior delas é a que ignora as características destas pessoas e suas necessidades especiais, perpetuando preconceitos do tipo “pra mim são todos iguais”, “trato todos do mesmo jeito”. E isto leva o cidadão a não considerar “a necessidade do intérprete de Libras, de ter rampas, elevador, piso podotátil, audiodescrição ou texto com português simplificado e ilustrações”.

Dados do IBGE divulgados no dia 7 de julho pela Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência estimam em 18,6 milhões a população com 2 anos ou mais com algum tipo de deficiência. Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022.

Um levantamento realizado pelo DIEESE /Subseção APEOESP em julho deste ano apontou que a rede estadual de ensino conta com 1.444 professores com algum tipo de deficiência.

As mais de 5 mil escolas do Estado de São Paulo não são adequadas para atender às necessidades especiais de professores e estudantes. Em 2020, a APEOESP encomendou uma pesquisa ao Instituto de Arquitetos do Brasil, o que resultou no Manual Técnico para Escolas Saudáveis. A pesquisa apontou, por exemplo, que 48% das unidades não têm sanitário acessível a pessoa com algum tipo de deficiência.

Por isto, foi acertada a aprovação da criação da Secretaria de Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência durante o XXVII Congresso Estadual da APEOESP – os 1606 delegados e delegadas presentes também aprovaram a institucionalização das secretarias para Assuntos Relativos à Saúde do Trabalhador e a de Direitos Humanos.

A nova secretaria tem por objetivo trabalhar para garantir os direitos das pessoas com deficiência e pela promoção de políticas públicas, especialmente na área da educação, para melhorar a mobilidade e também no combate ao preconceito contra as pessoas com deficiência.

21 DE SETEMBRO Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência



Pessoas com deficiência tiveram participação ativa no processo da Assembleia Nacional Constituinte na defesa de seus direitos.

O Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência foi estabelecido no Brasil em 2005, durante o governo Lula, a partir da aprovação da Lei 11.133, de autoria do senador Paulo Paim (PT), com o objetivo de conscientizar sobre a importância do desenvolvimento de meios de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. A data escolhida foi 21 de setembro.

O movimento das pessoas com deficiência começou a se organizar no final da década de 70 e início dos anos 80. A organização destas pessoas se deu em grupos de caráter reivindicatório e trabalho político pela defesa dos direitos. Em 1981, a ONU (Organização das Nações Unidas) decreta o Ano Internacional da Pessoa Deficiente (termo usado à época). No Brasil, desde o final da década de 1970 vários grupos de pessoas com deficiência começaram a se organizar. Em São Paulo surgiu o Movimento das Pessoas Deficientes (MDDP), que iniciou uma série de atividades para colocar no centro das discussões propostas de transformações sociais em prol dos portadores de deficiência.

O movimento das pessoas com deficiência participou ativamente do processo da Assembleia Nacional Constituinte, instaurada em 1º de fevereiro de 1987,

na busca pela inserção de suas demandas no texto constitucional.

O historiador Mário Cléber Martins Lanna Júnior, autor do livro “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, aponta que os assuntos relacionados a esse grupo foram tratados, durante o processo da Assembleia Nacional Constituinte, na Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, subordinada à Comissão Temática da Ordem Social, “que realizou oito audiências públicas, sendo três destinadas a discutir questões atinentes às pessoas com deficiência: a audiência do dia 27 de abril, ‘Deficientes Mentais; Alcoólatras; Deficientes Auditivos’; a do dia 30 de abril, ‘Deficientes Físicos; Ostomizados; Hansenianos; Talassêmicos’ e a do dia 4 de maio, ‘Deficientes Visuais; Hemofílicos; Negros’.

Em 2015, a então presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei 13146, a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, incorporou os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) em 2006 e ratificada pelo governo brasileiro em 2008, pelo Decreto 6949.

APEOESP amplia luta em defesa dos direitos da pessoa com deficiência



Delegados e delegadas presentes ao XXVII Congresso Estadual da APEOESP aprovaram a criação da Secretaria de Assuntos Relativos à Pessoa com Deficiência.

Entre os dias 1º e 3 de setembro, 1606 delegados e delegadas eleitos em todas as regiões do Estado reuniram-se nas instalações históricas do Engenho Central, em Piracicaba, para participar do XXVII Congresso Estadual da APEOESP “Prof. João Felício”. Um momento ímpar de reflexões sobre a conjuntura nacional e estadual e, sobretudo, sobre a educação pública em nosso país e no Estado de São Paulo. Os professores e professoras participaram de mesas temáticas, grupos de trabalho e plenárias deliberativas que produziram ao final um conjunto de deliberações para nortear a atuação da APEOESP e da

categoria em relação à luta pelas reivindicações, à defesa de um projeto de Educação Pública inclusiva e de qualidade, aos direitos da cidadania e à construção de uma nação próspera, justa e igualitária.

O Congresso aprovou o Plano de Lutas, a Plataforma da Educação no Estado de São Paulo para enfrentar o governo Tarcísio de Freitas/Renato Feder, entre outros eixos de luta. Os congressistas também discutiram e aprovaram importantes alterações estatutárias. Entre elas, a decisão de se criar as secretarias de Assuntos Relativos à Pessoa com Deficiência, de Assuntos Relativos à Saúde

Escolas inacessíveis para professores e estudantes com deficiência



Mãe de uma criança de nove anos com deficiência e professora da rede estadual na região do Jabaquara, Jania Lucia da Cruz Almeida do Nascimento conhece duas realidades bem diferentes. Seu filho estuda na terceira série de uma escola de ensino especial. “Por se tratar de uma escola de educação especial, ela está adaptada e acessível para professores e estudantes com algum tipo de deficiência, possui rampas, elevadores, piso podotátil”. Na escola em que leciona, contudo, a realidade é bem diferente. Ela não é adequada para atender às necessidades especiais de professores e estudantes. “Te-

nhos vários alunos de inclusão na escola, vivencio as dificuldades diárias, as estruturas de nossas escolas, de um modo geral, deixam a desejar, pois quando se tem elevador, não se tem rampa de acesso, não tem piso podotátil, falta corrimão. Mas isto é só a ponta do iceberg”.

Os problemas continuam nas salas de aula. “Não temos, por exemplo, carteiras adaptadas para os cadeirantes, mapa tátil para sinalização de outros ambientes. Também falta material de apoio e adequado a cada especificidade”, contou.

Professora do Estado há 27 anos, Silvia (nome fictício) tem problemas de locomoção em função de uma artrose no joelho direito e evidencia a falta de estrutura: o elevador não funciona e a escola não tem rampa. Para a professora Jana, as políticas públicas nas regiões periféricas se fazem ausentes. “Elas precisam chegar nas regiões mais carentes, seja real aplicabilidade, seja por meio de fiscalização ou contratação de material humano. A legislação vigente já contempla esse público, ela precisa ser posta em prática”.

do Trabalhador em Educação, e a dos Direitos Humanos. Além disso, a Secretaria de Políticas Sociais passa a se denominar Secretaria de Políticas Sociais e de Combate ao Racismo, ampliando sua atuação neste campo, ao mesmo tempo em que fica institucionalizado o Coletivo Milton Santos.

De acordo com informações do IBGE (Instituto de Geografia e Estatística), cerca de 24% da população brasileira se reconhece como pessoa com deficiência – algo em torno de 45 milhões de pessoas.

Levantamento feito pelo DIEESE/Subseção APEOESP em julho deste ano aponta a existência de 1444 professores e professoras com algum tipo de deficiência na rede estadual. Ainda de acordo com a pesquisa, deste total, 54,2% dos profissionais têm deficiência física; 24,4%, deficiência visual; 20,2%, auditiva, e 1,2%, intelectual.

Estes números nortearão ações da recém-criada Secretaria para Assuntos Relativos às Pessoas com Deficiência que possibilitem a melhoria nas condições de trabalho destas pessoas.

Em defesa da Educação Especial



Professores e representantes da sociedade civil e de entidades da Educação participaram na terça-feira, 19/09, da audiência pública “Em defesa da Educação Especial Inclusiva”. A audiência foi promovida pelo mandato da Deputada Estadual Professora Bebel – que também é Segunda Presidenta da APEOESP – e ocorreu no Auditório Paulo Kobayashi, da Alesp.

A audiência debateu a necessidade de que o poder público, sobretudo a Secretaria Estadual da Educação, respeite os direitos dos estudantes com deficiência e garanta educação inclusiva com o suporte necessário para que todos tenham acesso às melhores condições de aprendizagem. Isso inclui, por exemplo, a garantia de professores auxiliares nas salas de aula com a presença desses estudantes, o que atualmente só é assegurado mediante decisões judiciais.

Para a Professora Bebel, “Educação Especial não pode pressupor estigma e separação, mas inclusão, integração e convivência. E cabe aos governos prepararem nossas escolas públicas para essa política inclusiva”.

